



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 68ª R.O. CERHI-RJ, em 13/04/2016

Aos vinte e quatro do mês de fevereiro ano de dois mil e dezesseis, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para as 14h35min, realizou-se a 67ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores: **Membros Titulares:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Lúvia Soalheiro Romano (INEA), Marina Fernandes Bez (FIPERJ), Carlos Amaro Chicarino (Prefeitura de Volta Redonda – Daniela Vasconcelos), Gilberto Fugimoto de Andrade (Apedema-RJ – Ricardo de Lima), Flávia Lanari (Apalma), Alexandre Braga (CCRON), Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt), Marcos Sant’anna Lacerda (Instituto Terrazul), Humberto José T.R. de Albuquerque (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Dalva Rosa Mansur (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Cláudia Barros (Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear – Titular), Zenilson do Amaral (ASFLUCAN), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ – Titular); **Membros Suplentes:** José Edson Falcão (SEA), João Fernandes Lisboa Neto (Acampar-RJ), Teresa Priscila Ducasble Gomes (Instituto Ipanema – Jaime Bastos), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), Fátima de Lourdes Casarin (O Nosso vale! A nossa vida), Suzana Barros (CBH BG), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), João Gomes Siqueira (CBH Baixo Paraíba do Sul), Keila Ferreira (Prolagos – Amanda Mendes Bulhões); **Ausências justificadas:** Antônio Ferreira da Hora (SEA – Titular), Marie Ikomoto (INEA), Eliane Barbosa (INEA – Titular), Moema Versiani Acselrad (INEA – Suplente), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE – Titular), Elisa Bento (DRM), Marcos Antônio de Sá Machado (Prefeitura de São João da Barra – Titular), Waldemiro Barbosa de Andrade (Prefeitura do Barra do Piraí – Suplente), David Michel Miller (Associação de Moradores da Granja Guarani – Suplente), Jorge Vicente Peron Mendes (FIRJAN), Claudio Cesar Boscov Graffunder (Companhia Siderúrgica Nacional - Suplente), Vinicius Crespo (Fecomercio – Titular); **ausências:** Zacarias Albuquerque Oliveira (Prefeitura de Campos dos Goytacazes – Suplente), Gilcqueline Barcelos Faria (Prefeitura de São Fidélis – Titular), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana - Suplente), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ – Titular), Nélio Lopes Rodrigues (CEDAE), Pamela Ferreira dos Reis (Instituto Aço Brasil - Titular), José Gomes Barbosa (LIGHT – Titular), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA – Suplente), Gláucio Freira (EDF-NF – Suplente), Joana N. Siqueira (APROMEP - Suplente), José do Amaral Ribeiro Gomes (Sindicato Rural de Campos – Suplente); e **Convidados:** Rosane Batalha (AERDAT/Brasil Rural), Cláudio Maia, Julio Cesar O. Antunes (CBH Guandu), Suya Quintslr (IPPUR/UFRJ), Izidro Paes Leme (CBH BG), Maria Garcia, Guido Gelli (PSAM), Nathália Vilela (AGEVAP) e Tatiana Ferraz (AGEVAP). Esta reunião teve a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da Ata da 66ª R.O CERHI-RJ e 22ª R.E. CERHI-RJ; **3.** Apresentação sobre “Água mineral” (Lúcio Carramillo); **4.** Apresentação do projeto de criação de uma entidade para a Governança para a Baía de Guanabara (Guido Gelli); **5.** Procedimentos administrativos; **6.** Assuntos gerais; Após verificação de quórum, a Sr. Décio Tubbs deu início à reunião às 14h00min. **1º item: Aprovação da pauta.** Dois novos itens foram inseridos na pauta, conforme a seguir: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da Ata da 66ª R.O CERHI-RJ e 22ª R.E. CERHI-RJ; **3.** Apresentação sobre “Água mineral” (Lúcio Carramillo) **4.** Apresentação do projeto de criação de uma entidade para a Governança para a Baía de Guanabara

(Guido Gelli); 5. Projeto de Lei do Fundrhi; 6. Moção de Repúdio – CBH Médio Paraíba do Sul; 7. Procedimentos Administrativos; 8. Assuntos Gerais; **2º item: Aprovação da minuta da Ata da 66ª R.O CERHI-RJ e 22ª R.E. CERHI-RJ.** Aprovada por unanimidade. **3º item: Apresentação sobre “Água Mineral” (Lúcio Carramillo).** O Sr. Décio Tubbs Filho informou que em reuniões passadas do CERHI-RJ, alguns membros propuseram que fosse feito uma apresentação sobre “ÁGUA MINERAL” com relação aos recursos hídricos. Por este motivo, a convite do Presidente do CERHI-RJ, o Sr. Lúcio Carramillo fez uma apresentação aos membros da Plenária, sobre “Água Mineral”. Definições: (Decreto- Lei 7.841, de 08/08/1945 DNPM pertencia ao MA) Água Mineral: são aquelas provenientes de fontes naturais ou fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa. Água Potável de Mesa: São as águas de composição normal, provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que preencham tão somente as condições de potabilidade para a região. Definições (MS RDC 274/2005): Água Mineral Natural: é a água obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas. É caracterizada pelo conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes e considerando as flutuações naturais. Água Mineral: é água obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas. É caracterizado pelo conteúdo definido e constante de determinados sais minerais, oligoelementos e outros constituintes, em níveis inferiores aos mínimos estabelecidos para água mineral natural. O conteúdo dos constituintes pode ter flutuações naturais. Água Adicionada de Sais (MS): é a água para consumo humano preparada e envasada, contendo um ou mais dos compostos previstos no item 5.3.2 da RDC 274/2005. Não deve conter açúcares, adoçantes, aromas ou outros ingredientes. Soda (MA): é a água potável gaseificada com dióxido de carbono, com uma pressão superior a duas atmosferas a 20°C, podendo ser adicionada de sais. (art. 24 do Decreto 6.871/2009). Classificação da água mineral (Brasil/1945): Composição química (mg/L): Fracamente Radioativas: Teor de radônio mínimo entre 5 e 10 unidades Mache por litro, a e de Hg de pressão. Radioativas: Teor de radônio entre 10 e 50 unidades Mache por litro, a e de Hg de pressão. Fortemente Radioativas: Teor de radônio acima de 50 unidades Mache por litro, a e de Hg de pressão. Toriativas: Que possuam teor em torônio em dissolução equivalente em unidades eletrostáticas, a 2 unidades Mache por litro, no mínimo. Carbogasosas: gás carbônico livre dissolvido = ou > 200 mg/L. Raro: de que há pouco; não abundante; pouco frequente. Predominante: do verbo predominar – ser o primeiro em domínio ou influência; dominar muito; prevalecer; sobressair. No Brasil 48,2% das AM envasadas são classificadas como Fluoretadas (Queiroz, 2006). A concentração de fluoreto na água mineral brasileira varia, em média, 0,02 a 0,08 mg/L. Fracamente Radiotivas: as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de por minuto com o teor em radônio compreendido entre 10 unidades Mache, por litro gás espontâneo, a e de Hg de pressão. Radioativas: as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de por minuto com um teor em radônio compreendido entre 10 e 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a e de Hg de pressão. Fortemente Radiotivas: as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de por minuto com um teor em radônio superior a 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a e de Hg de pressão. Fontes Toriativas: As que apresentarem, no mínimo uma vazão gasosa de por minuto, com um teor em torônio na emergência equivalentes em unidades eletrostáticas, a 2 unidades Mache por litro. Fonte Sulfurosas: As que possuam na emergência desprendimentos definidos de gás sulfídrico. Após a Segunda Guerra Mundial as nações no mundo não utilizam mais a terminologia Radioativa para classificar uma água mineral; A U.S. *Environmental Protection Agency*, está propondo uma nova especificação para os valores de radônio na água de beber, seja mineral ou apenas potável; Segundo a *National Academy of Sciences*, 168 norte americanos morrem por ano pela presença de radônio na água de beber. Dessas, 89% são provocadas por câncer de pulmão (inalação do gás radônio no ato da ingestão) e 11% de câncer de estômago, devido ao radônio contido na água que foi ingerida (*U.S EPA Proposed Radon in Drinking Water Rule*); Segundo Bertolo, 2006, a quase totalidade das águas captadas em terrenos granito-gnaissicos e rochas alcalinas são minerais pelo critério da radioatividade temporária; No Brasil, 14,68% das águas minerais envasadas são classificadas como provenientes de fontes radioativas (Queiroz, 2006); Fontes Frias: Quando sua temperatura for inferior a 25. Fontes Hipotermiais: Quando sua temperatura estiver compreendida

entre 25 e 33. Fontes Mesotermiais: Quando sua temperatura estiver compreendida entre 33 e 36. Fontes Isotermiais: Quando sua temperatura estiver compreendida entre 36 e 38. Fontes Hipertermiais: Quando sua temperatura for superior a 38. Classificação com base na Temperatura: Classificar uma água com mineral com base uma temperatura de 25°C num país cujo território ocupa áreas equatoriais e tropicais é extremamente fácil uma vez que de norte a sul do Brasil há regiões que chegam a alcançar 40° C de temperatura no verão, ou até mais; Além disso, o próprio CAM permite que se classifique águas com minerais com temperatura abaixo de 25°C, seriam as denominadas frias; Dessa forma, com base na temperatura, toda e qualquer água subterrânea seria considerada mineral; No Brasil 11,68% das AM com temperatura na fonte igual ou superior a 25°C envasadas são classificadas com base na temperatura da fonte (Queiroz, 2006). Classificação como Potável de Mesa: São as águas de composição normal, provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que preencham tão somente as condições de potabilidade para a região; Essas águas, apesar de não alcançarem as condições necessárias para receberem o nome de água mineral só podem ser utilizadas para envase ou ingestão na fonte se receberem a Concessão de Lavra, ou seja, sua exploração é considerada, legalmente, uma mineração; No Brasil, 10,2% das águas envasadas são classificadas como Potáveis de Mesa (Queiroz, 2006). A maioria delas é encontrada na Região Centro-Oeste. Classificação: Águas de Baixa Mineralização: Temos então que as águas minerais envasadas classificadas no Brasil como Fluoretadas (48,2%), de fontes termais (16,2%), de fontes Radioativas (14,68%) e Potáveis de Mesa (10,2%), somam 89,28% de todo o total envasado no Brasil; Já em relação ao total de Sólidos dissolvidos, Queiroz, 2006, informa que 72% das águas minerais brasileiras não chegam a possuir 100 mg/L de STD e que 22% das águas minerais envasadas possuem de 101 a 250 mg/L. E as águas adicionadas de sais: Não devem exceder, em 100 ml, os limites máximos estabelecidos para: Cálcio: 25 mg, Magnésio: 6,5 mg, Potássio: 50 mg, Sódio: 60 mg, devem conter, no mínimo, 30 mg/L dos sais adicionados, devem obedecer os padrões de Potabilidade estabelecida pela Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde. Nos EUA (valores em mg/L): Ground Water – poço jorrante; Mineral Water: STD \geq 250; Low Mineral Water – STD < 500; High Mineral Water – STD > 1.500; Purified Water/ Drinking Water - Sofre tratamento; Sparkling Bottled Water – água naturalmente gasificada; Spring Water - água de surgência/nascente; Sterile Water – água esterilizada; Well Water – água de poço (pode ser uma água de torneira desde que a água que saia na torneira seja proveniente de um poço); From Municipal Source ou Community Water – proveniente de sistemas de abastecimento. Na Comunidade Européia (valores em mg/L): De Mineralização Muito Baixa – STD < 50; Oligometálicas ou de Mineralização Baixa – STD < 500; De Mineralização Média – 500 < STD < 1.500; De Mineralização Elevada – STD > 1.500; Bicarbonatada – Bicarbonato > 600; Sulfurosa – Sulfatos > 200; Cloretada – Cloreto > 200; Cálcica – Cálcio > 150; Magnesiana – Magnésio > 50; Fluoretada – Fluoreto > 1; Ferrugimosa – Ferro ferroso > 1; Acidulada – CO livre > 250; Sódica – Sódio > 200; Classificação: AM brasileiras x AM americanas e europeias: Apenas, 6% das águas minerais envasadas no Brasil ultrapassam os 250 mg/L de STD necessários para classificar uma água como mineral nos EUA; Na comunidade Européia a grande maioria de nossas águas envasadas (94%) levaria a denominação de águas minerais de muito baixa mineralização ou de baixa mineralização. Mas não levariam no rótulo as denominações estabelecidas pelo Governo Brasileiro de 1945 (CAM). Nem nos EUA nem na CE as AM Fluoretadas brasileiras poderiam utilizar essa denominação no rótulo; As águas distribuídas pela CEDAE, SABESP e COPASA possuem uma concentração de F de 0,6 mg/L, maior do que a maioria das AM brasileiras. A Política Mineral no Brasil República: Até a promulgação da Constituição de 1934; A Constituição de cada Estado estabelecia a forma de aproveitamento das minas e as minas pertenciam aos proprietários do solo; Água Mineral não era considerada uma mineração. Período de Vargas (CF de 1934 e de 1937): Competência privativa da União para legislar, autorizar ou conceder a exploração das riquezas do subsolo, mineração (água mineral torna-se uma mineração), metalúrgica, águas e energia elétrica; Cunho nacionalista, previa a nacionalização das minas, jazidas minerais e quedas d'água e o proprietário detém a preferência na exploração ou co-participação nos lucros; A partir de 1937 começam a ser caçados os direitos dos Estados. Período Pós Vargas (Constituição de 1940): Legislar sobre mineração e água é competência da União; Permitia a presença de capital estrangeiro; As minas e riquezas do subsolo e as quedas d'água constituem propriedade distinta do solo; Assegura

ao proprietário a preferência para exploração; Os Estados passarão a exercer as atribuições da União; Até 1942 a água mineral era classificada pelo Departamento Nacional de Saúde Pública. Após 1942, passa a ser pelo DNPM (Ministério da Agricultura). Período Ditatorial Militar (Constituição de 1967): Compete a União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais, metalurgia, águas e energia elétrica (não há mais a possibilidade de passagem do poder para os Estados); As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituíam propriedades distintas do solo e permitia a presença do capital estrangeiro. Nova República (Constituição de 1988): São bens da União; Recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens dos Estados; Águas superficiais e subterrâneas; Competência privativa da União: Legislar sobre as águas, sobre as jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia. Competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios: Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios. Competência concorrente da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios: Conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Competência Municipal: Promover ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo. A Água Mineral – Um Recurso Mineral: Em 1945, código de Águas Minerais define água mineral (ação medicamentosa), água potável de mesa (condições de potabilidade da região) e introduz a figura da solução salina artificial (águas purificadas e adicionadas de sais ou águas mineralizadas): criar a Comissão de Crenologia e estabelece os padrões para classificação da água mineral. Em 1967: Código de Mineração: “acelerar o desenvolvimento econômico e social, mediante o aproveitamento intenso dos recursos minerais conhecidos” entra em vigor a prioridade protocolar, ampliando, substancialmente, a titularidade mineral; DNPM; FOMENTO; da produção mineral; Hoje um órgão de Outorga, fiscalização e de arrecadação. Até 1942 a participação das entidades municipais, estaduais e federais de saúde, no controle higiênico e de qualidade da água mineral era efetiva; O Decreto 4.147/1942 passa para o DNPM, mas não retira a autoridade da Saúde estadual e municipal; Em 1969 o Decreto-Lei 986 estabelece: Art.3º, 48 e 55 – que todo alimento só poderá ser exposto à venda após registro do MS; no Art.11 – dispõe sobre rotulagem; Art.28 – dispõe sobre os padrões de identidade e qualidade; Inciso II do art. 29 e art. 30 – dispõe sobre a ação fiscalizadora que cabe à autoridade estadual e municipal; Art. 33 – dispõe sobre o processo administrativo para interdição e apreensão do alimento; Arts. 45 e 46 – dispõe sobre a licença prévia fornecida pela autoridade estadual ou municipal (hoje denominado BOF). Em 1976 (Decreto nº 78.171) estabelece diferença de competência entre MS e MME (DNPM); Art. 1º O controle sanitário da qualidade das águas minerais destinadas ao consumo humano bem como a fiscalização sanitária dos locais e equipamentos relacionados com a industrialização e comercialização do produto são da competência do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Art.2º Caberá ao órgão competente do Ministério da Saúde a análise prévia para verificação de padrões de identidade e qualidade, e o estabelecimento de métodos de análise e de técnicas para exercício da ação sanitária controladora e fiscalizadora das águas minerais. §1º A Aprovação do relatório final dos trabalhos de pesquisa a que se refere o Código de Mineração e seu Regulamento fica condicionada à análise prévia prevista neste artigo. §2º O Ministério da Saúde poderá firmar convênio com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais para execução da análise prévia em seus laboratórios. Ainda no Decreto nº 78.171/1976: Art. 3º As secretarias de Saúde compete a fiscalização sanitária dos locais onde são produzidas industrializadas e comercializadas as águas minerais, bem como as análises físicas das mesmas. Art.4º Ao Ministério das Minas e Energia compete o exame e o processamento das autorizações de pesquisa e das concessões de lavra de águas minerais nos termos da legislação específica bem como o controle dos sistemas de captação dessas águas e as análises físico-químicas para determinação de sua qualidade. Porque saiu esse Decreto? Com base nesse Decreto o MS e, mais recentemente, a ANVISA baixam Portarias e Resoluções relacionadas à indústria e comercialização da água mineral. As mais atuais são: Portaria 326/1997 – Aprovar Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação. Resolução RDC 275/2003 (baseada no CODEX ALIMENTARIUS e no US FOOD AND DRUG ADMINISTRATION, para epidemiologia e Saúde) determina que testes macroscópicos e microscópicos nas embalagens de água envasada (mineral, potável de mesa e adicionada de sais) sejam executados

para que possam acondicionar a água de envase; Resolução RDC 274/2005 – Aprovar Regulamento Técnico para Águas Envasadas e Gelo; Resolução RDC 275-2005 – Aprovar o regulamento Técnico de Características Microbiológicas para Água Mineral Natural e Água Natural; Resolução RDC 173/2006 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e Água Natural e a Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e Água Natural e Resolução RDC 27/2010 – Aprovar o regulamento técnico que estabelece as categorias de alimentos e embalagens isentos de registro sanitário (águas minerais, adicionadas de sais e gelo) e as categorias de alimentos e embalagens com obrigatoriedade de registro sanitário. Água envasada sem registro deixa de ser fiscalizado? Não, de forma alguma! É mantida a fiscalização. A Água Mineral – Um alimento: Mesmo com toda essa legislação (Decretos, Portarias e Resoluções) voltados para a indústria de alimentos (água envasada: mineral ou não) o DNPM mantém, por força do Código de Águas Minerais (1945), a executar fiscalização e baixar portarias voltadas à área sanitária dessa indústria. Portaria nº 387/2008 – Disciplina o uso das embalagens plástico garrafão retornável, destinadas ao envasamento e comercialização de água mineral e potável de mesa. Portaria nº 388/2008 – Disciplina a utilização das águas minerais e potáveis de mesa regidas pelo Código de Águas Minerais como ingrediente no preparo de bebidas em geral; Portaria nº 389/2008 – Permite o uso de embalagens cartonadas com revestimento plástico ou celulósico e aquela com revestimento em filme transparente multicamada; Portaria nº 358/2009 – Altera a Portaria 387/2008. Estipula prazos diferenciados para a saída de mercado de garrafões em função de sua data de fabricação. Mantém os 3 anos de validade do garrafão; Portaria nº 374/2009 – (revoga a Portaria nº 222/1997) – Aprova a Norma Técnica que dispõe sobre as Especificações Técnicas para o Aproveitamento de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa, destinadas ao envase, ou como ingrediente para o preparo de bebidas em geral ou ainda destinada para fins balneários em todo território nacional. Após a apresentação o Sr. Lúcio Carramillo informou algumas dúvidas dos membros e agradeceu o convite do CERHI-RJ. **4º item: Apresentação do projeto de criação de uma entidade para Governança para a Baía de Guanabara (Guido Gelli).** O Sr. Guido Gelli fez um breve resumo de sua carreira e em seguida explanou sobre o início do Projeto para Governança para a Baía de Guanabara. Explicou que assumiu a coordenação do programa de saneamento ambiental dos municípios do território da Baía de Guanabara, com uma determinação específica para criar um modelo de Governança para Baía de Guanabara. O Instituto Estadual do Ambiente sucedeu a Fundação Estadual do Meio Ambiente na tarefa de monitorar a qualidade dos corpos hídricos do Estado, entre eles a Baía de Guanabara nos últimos 37 anos. São amostras coletadas periodicamente e analisadas em laboratório de acordo com as normas internacionais em vigor. Estes procedimentos têm sido acompanhados por instituições internacionais sendo reconhecidos pela acuidade das informações referentes à potabilidade e balneabilidade. O programa de saneamento dos municípios é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entres três componentes: 1) Obras e Projetos: hoje há 4 (quatro) grandes frentes de obras e projetos; 2) Desenvolvimento Institucional: São duas grandes linhas de ação, uma delas é o desenvolvimento institucional do Inea (melhoria da análise de monitoramento da água) e a verificação dos inúmeros processos que já poderiam ser resolvidos ou que depende de decisões de outras instituições, órgãos ou prefeituras e que ficou com carga para o Inea, pois teve sua abertura na instituição.; Informatização sobre o processo de Licenciamento e Pós-Licença: Verificar se as empresas estão cumprindo com determina o condicionante do licenciamento; 3) Elaboração dos planos municipais de saneamento; Além dos 3 (três) componentes já citados, o Banco Interamericano de Desenvolvimento(BID), ofereceu ao Estado do Rio de Janeiro um recurso a titulo de cooperação técnica, faz parte do plano dos municípios de saneamento, sendo um recurso exclusivo para este projeto. Será feito o mapeamento das ruas, os locais onde tem ou não rede, se a rede está ligada ou não ao tronco coletor, para água e esgotos já existe o projeto e sendo feito o mesmo procedimento para lixos e hidrelétricas. O BID ofereceu ao Estado um recurso a título de cooperação técnica, não fazendo parte do programa de saneamento dos municípios do entorno da Baía de Guanabara, sendo um recurso não oneroso, ou seja, é uma doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Falou, ainda, que com esse objetivo, dos recursos oriundos de uma doação para Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, está sendo

260 elaborada uma proposta para Governança da Baía de Guanabara. Este modelo de Governança deverá
261 contemplar todas as instituições (públicas, privadas, governamentais e não governamentais)
262 envolvidas, Comitê e Subcomitês da Bacia Hidrográfica da Baía, o Conselho Estadual de Recursos
263 Hídricos terá a atribuição de coordenar os investimentos e as ações em curso, de modo a evitar as
264 sobre posições e buscar as sinergias. Ao mesmo tempo disponibilizar para a sociedade como um
265 todo, um painel de informações, permanentemente atualizado, que possa traduzir em metas e
266 compromissos, sem alegorias e falsas promessas, o estado da baía com relação às fontes de poluição,
267 as intervenções necessárias e previstas, os custos e prazos para execução dessas intervenções.
268 Devendo contar com a participação efetiva das universidades, cujos alunos e professores poderão
269 não produzir estudos e teses, como acompanhar de perto o monitoramento e dos resultados
270 obtidos, criticando e formulando alternativas e atualizando os dados disponibilizados em
271 Observatório da Baía. Além dos dados técnicos e propostas acadêmicas, um painel com informações
272 para imprensa e ao público em geral devendo ser exposto em áreas de acesso aberto ao público em
273 geral como, por exemplo, o Museu do Amanhã, onde poderemos contemplar a baía do futuro, com
274 melhorias no laser, turismo, pesquisas, pesca, transportes, esportes e belezas naturais recuperadas.
275 Sendo um legado que será um diagnóstico preciso e um planejamento tornando público, para que
276 possa e deva ser acompanhado permanentemente por toda sociedade. Após a apresentação o Sr.
277 Guido Gelli respondeu alguns questionamentos dos membros: 1) A Sra. Flávia Lanari informou que
278 nenhum membro que compõe o projeto de Governança foi até o Comitê para falar sobre as
279 propostas. 2) A Sra. Vera Lúcia ressaltou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos é o local de
280 fortalecimento dos Comitês e, mesmo com a apresentação do Sr. Guido Gelli, há uma superposição
281 em relação ao Comitê e que o projeto fosse agregado, fortalecendo o CBH da região e depois ser
282 levado ao CERHI-RJ. 3) O Sr. Alexandre Braga parabenizou a apresentação e solicitou que fosse
283 constado em ata que os representantes dos comitês fossem ajudados a fortalecer o conceito de
284 governança, com apoio na implantação de uma avaliação sistemática do gerenciamento ambiental
285 das regiões hidrográficas, com estabelecimento de indicadores, e exemplificou: o CBH BG aprovou
286 em 2014 um projeto, para atendimento dos Planos Municipais de Saneamento de Niterói e Duque de
287 Caxias, e em 2012 um Projeto para o município de Maricá, acontece que foi feito um enorme esforço
288 no sentido das Câmaras Técnicas analisarem os referidos Projetos, que foram aprovados na plenária,
289 e após passados todos estes anos, estes processos ficaram presos na burocracia do Inea. Informou
290 que isto pode ser a causa do afastamento sistemático das Prefeituras no CERHI-RJ e nos comitês e
291 ressaltou que os comitês estão alocando dinheiro e os recursos não saem, além do INEA não
292 submeter aos comitês relatórios anuais de execução dos Planos aprovados. Após o Sr. Guido Gelli
293 responder as dúvidas dos membros, o Sr. Décio Tubbs Filho agradeceu a participação. **5º item:**
294 **Projeto de Lei do Fundrhi.** O Sr. Décio Tubbs Filho informou aos membros do CERHI-RJ que duas
295 reuniões do Conselho já tinham sido canceladas ou alteradas (data), pois, em seu entendimento, a
296 participação do Secretário Estadual, Sr. André Correa, era muito importante, porém como tiveram
297 alguns conflitos de agenda, não foi possível a participação do Deputado. O presidente do CERHI-RJ
298 sugeriu então que fosse colocado em votação o Projeto de Lei do Fundrhi para ser discutido em outra
299 reunião específica ou que começasse nesta plenária. Sendo decidido pelos membros do CERHI-RJ que
300 fosse feito uma Reunião Extraordinária e que um dos itens de pauta fosse o Projeto de Lei do
301 Fundrhi, dando um prazo a mais de 15 dias para as contribuições do PL. **6º item: Moção de Repúdio**
302 **– CBH Médio Paraíba do Sul.** A Sra. Vera Lúcia informou que a Moção de Repúdio do CBH MPS foi
303 elaborada da última reunião de diretoria conjunta do Comitê, em função de como tem sido
304 tramitado o processo. Prosseguiu informando que a Moção será disponibilizada para o CERHI-RJ,
305 através do CBH MPS. Explicou que a Moção do Comitê Médio Paraíba do Sul nº 06/2016 manifesta
306 repúdio à maneira como está sendo conduzida a proposta de revisão dos mecanismos e valores da
307 cobrança pelo uso da água associados à transposição da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para
308 a bacia hidrográfica do Rio Guandu, através da atual Comissão Especial Permanente de Articulação
309 do CEIVAP e do Comitê Guandu. Na Moção consta que considerando que o Comitê da Bacia
310 Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul – CBH MPS foi criado pelo Decreto Estadual nº 41.475, de
311 11/09/2008, do Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições; Considerando o
312 disposto no Artigo 38, inciso VI da Lei Federal nº 9433, de 08/01/1997, determina que compete aos

CBHs, no âmbito de sua área de atuação: estabelecer aos mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; Considerando o Artigo 55, inciso VII da Lei Estadual nº 3.239, de 02/08/1999, que determina que os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) têm como atribuição e competência, entre outras, propor os valores a serem cobrados e aprovar os critérios de cobrança pelo uso da água da bacia hidrográfica, submetendo à homologação do CERHI-RJ; Considerando que o artigo 4º do Regimento Interno do CBH MPS define no inciso IX que compete ao CBH MPS aprovar os critérios de cobrança e sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água na sua área de atuação, submetendo-os à homologação do CERHI-RJ. O Comitê da Bacia Hidrográfica da região do Médio Paraíba do Sul vem a público manifestar repúdio à maneira como está sendo conduzida a proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água associados à transposição da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu através da atual Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu. Consideramos um fato passível de grande preocupação e defendemos a realização de uma intensiva averiguação quanto ao cumprimento da Deliberação CEIVAP nº 201/2012 que aprovou “*ad referendum*” da plenária do CEIVAP a composição da Comissão Especial Permanente de Articulação do CEIVAP e do Comitê Guandu, que deveria contar com a participação de 1 (um) representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM/MG e 1 (um) representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE/SP, 4 (quatro) representantes do CEIVAP (dentre esses 04, obrigatoriamente 1 da região do Médio Paraíba do Sul e 1 da região Baixo Paraíba do Sul), 4 (quatro) representantes do Comitê Guandu, 1 (um) do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – INEA /RJ, 1 (um) representante da Agência Nacional de Águas – ANA e 1 (um) representante da AGEVAP. As reuniões têm sido marcadas sem consulta prévia a todos os membros consequentemente sem a presença de quórum suficiente da Comissão, que foi planejada a fim de que se refletisse imparcialmente um foro de negociação institucional que exercesse um papel de articulação que envolva e represente os interesses de todas as partes envolvidas, através da reavaliação dos mecanismos e valores de cobrança estabelecidos na sua Deliberação CEIVAP nº 52/2005. Foi solicitado aos órgãos competentes que possam tomar as medidas necessárias para que este equívoco na construção de um documento de tamanha importância seja reparado e não cause discrepâncias no que diz respeito à aplicação dos recursos evitando o acontecimento de mais arbitrariedades que possam causar danos irreparáveis no futuro. O Sr. Décio Tubbs Filho informou a Sra. Verá Lucia que a Moção será encaminha para as Câmaras Técnicas (CT-IG e CT-IL) para análise e acompanhamento. **7ºitem: Procedimentos administrativos.** A Srta. Livia Soalheiro informou que no final do ano passado houve uma demanda da Prefeitura Municipal Paraty sobre o plano municipal de saneamento da cidade de Paraty, em cima disso solicitou que as demandas solicitadas das prefeituras sejam feitas via Comitê, pois a demanda citada acima veio diretamente atrás de um Ofício para o Conselho Estadual. Continuou falando sobre os Grupos de Trabalho formados através do CERHI-RJ em andamento, e que não há um retorno do trabalho que está sendo realizado por eles. Com base nisso, informou que em reunião com o Presidente do Conselho e Secretária Executiva, foi decido que o GT tem que ter um prazo definido de 6 (seis) meses e caso haja uma necessidade de prorrogação de prazo, que o coordenador solicite a plenária e plano de trabalho seja apresentado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Comentou sobre a consulta feita a presidência do CERHI-RJ sobre criar uma nova Câmara Técnica no âmbito do Conselho, e informou que não é possível, pois administrativamente já existem muitas frentes abertas, senão o próprio Conselho não consegue dar prosseguimento as próprias demandas. **8ºitem: Assuntos Gerais.** A Srta. Livia Soalheiro informou que há um compromisso com o CERHI-RJ, que qualquer recurso utilizado do PROGESTÃO deva ser passado para o CERHI-RJ antes para ser aprovado, e explicou que há um treinamento na Agência Nacional de Águas (ANA) sobre o preenchimento de uma das metas do PROGESTÃO, segurança de barragens. Solicitou ao Conselho que esse recurso fosse oriundo do PROGESTÃO para a compra de passagem aérea para 2 (dois) técnicos irem à Brasília. O Sr. Décio Tubbs Filho informou que devido ao esvaziamento da Plenária e, embora, em sua opinião, o número de favoráveis a ida dos técnicos do INEA a capacitação de barragens tenha suplantado o número de contrários, autorizou por “*ad referendum*” a ida dos técnicos a capacitação, sendo referendada essa autorização na próxima Reunião Ordinária do CERHI-RJ. A Srta. Livia Soalheiro leu para os membros do CERHI-RJ a resposta

366 da Secretária de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ) sobre a Carta CERHI-RJ nº 46/2016.
367 **Informes: 1)** O Sr. Décio Tubbs Filho informou que houve uma solicitação para que esta reunião fosse
368 cancelada, mas que como a reunião do dia 03/02/2016 havia sido cancelada, achou melhor dar
369 continuidade com a programação do CERHI-RJ; **2)** A Srta. Lívia Soalheiro informou que a partir do dia
370 24/02/2016 será encaminhado para todos os membros do Conselho as convocações das Câmaras
371 Técnicas do CERHI-RJ; **3)** A Srta. Lívia Soalheiro comunicou que será encaminhado para cada
372 instituição informando o número de faltas que ela possui; **4) Encaminhamentos: 1)** Ficou decido que
373 o assunto do item 5 será tratado em Reunião Extraordinária do CERHI-RJ. E nada mais havendo a
374 tratar, o presidente do CERHI-RJ, Sr. Décio Tubbs Filho, agradeceu a presença de todos e declarou
375 encerrada a 67ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 18:00h.

376

Décio Tubbs Filho
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ

Nsf./Apno.
13/04/2016
